

“Nas margens do centro”: As populações de rua, suas sobrevivências e os espaços das grandes metrópoles

At the margins of the center: homeless people, their survival and the big metropolis' spaces

Igor Martins Medeiros Robaina

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Brasil

igorobaina@gmail.com

Artigo recebido para revisão em 14/11/2012 e aceito para publicação em 25/03/2013

RESUMO

As configurações sócio-espaciais das metrópoles têm sofrido grandes transformações em todo o planeta. Estas mudanças, desencadeadas principalmente pelas dimensões do capital, seja através dos avanços tecnológicos na base produtiva ou das reorientações neoliberais, geraram alterações significativas no campo social. Diante deste cenário, novas fragilidades e vulnerabilidades foram ampliadas, impulsionando milhões de indivíduos a condição de marginalidade social e miséria. Neste sentido, o objetivo central do presente trabalho é uma análise geográfica sobre as populações de rua na qual destacamos principalmente a posição deste segmento marginalizado no quadro sócioespacial da cidade, assim como seus enfrentamentos cotidianos em busca da sobrevivência no espaço das grandes metrópoles.

Palavras-Chaves: Geografia Urbana, Populações de Rua, Área Central, Espaços Públicos e Sobrevivência

ABSTRACT

The metropolis socio-spatial configurations have suffered huge transformations in all the planet. Such changes originated by the capital promoted a strong spatial restructuring of the economic activities, as well as a continuous technological advance in the productive base and significant alterations in the social field through the neoliberal reorientations. In front of this scenery, new fragilities and vulnerabilities were enlarged, leading millions of individuals to the condition of social marginality and misery. In this sense, the central objective of the present paper is to bring a geographical analysis of the homeless people in which we enlighten the segment marginalized position in the city sociospatial frame, as well as their daily battles in the seeking of spatial survival in the big metropolis.

Key words: Urban Geography, Homeless People, Central Area, Public Spaces and Survival

1. INTRODUÇÃO

Ao tomar a rua como uma territorialidade própria, que mescla as fronteiras entre o cotidiano privado e público, o morador de rua estabelece, taticamente, um “contra-uso, que subverte o espaço regulado e propicia a formação de um “lugar” de fronteiras espaciais e polí-

ticas marcadas em relação de oposição e enfrentamento à ordem urbana, a qual insiste na regulação dos fluxos liminares que percorrem o espaço urbano (FRANGELLA, 2010, p. 102)

Nas últimas décadas, acompanhamos a intensificação do grave problema das populações de rua nas grandes nas cidades brasileiras, assim como em outros espaços urbanos mundi-

ais. Especialmente nas grandes metrópoles, a existência das populações de rua se faz extremamente presente na realidade cotidiana. Segundo a *Coalition for the Homeless*, em pesquisa realizada em julho de 2010, na cidade de Nova Iorque existiam 39.256 pessoas em situação de Rua. Na cidade de Londres em 2007, de acordo com a pesquisa empreendida pela *Communities and Local Government, Homelessness Statistics*, a presença era de 13.650 moradores sem residência fixa.

Segundo Kakita (2004), observa-se a presença das populações de rua nas cidades japonesas de Tóquio e Osaka de 6361 e 7775 pessoas, respectivamente. No caso da cidade de São Paulo, a principal concentração urbana brasileira, uma pesquisa realizada pela FIPE – *Fundação de Pesquisas Econômicas*, no ano de 2003 constatou a presença de 10.399 pessoas em situação de rua.

Alguns destes dados revelam que a presença desta realidade é cada vez mais expressiva nos espaços urbanos, mesmo salientando que diferentes são os fatores que levam milhares de indivíduos a esta condição de marginalidade sócio-espacial.

Um importante ponto de reflexão acerca dos grupos marginalizados nos espaços públicos e suas respectivas buscas pela sobrevivência cotidiana, caminha no sentido de compreender como o Estado se configura neste complexo jogo sócioespacial. Por um lado, o Estado promove todo um conjunto de medidas assistenciais e, por outro, desenvolve dispositivos anti-sociais

os quais intensificam ainda mais esta problemática social.

Assim, compreender as estratégias político-espaciais do Estado e suas práticas para com as populações de rua é compreender a lógica assistencial de acolhimentos, bem como, os processos de limitação à circulação dos indivíduos e os respectivos recolhimentos e impedimentos das permanências em determinados espaços públicos de maior visibilidade e importância no quadro político e social da cidade.

Deste modo, analisar a dinâmica sócio-espacial das populações de rua, suas vidas cotidianas e principalmente as ações políticas do Estado em relação aos discursos de ordem pública possibilita compreender melhor o fenômeno urbano, as questões da democracia e principalmente como vem se configurando a questão dos direitos humanos na cidade.

2. O CAMINHO PARA AS RUAS

Quando pensamos em um indivíduo vivendo nos espaços públicos, uma das questões que desponta está relacionada à compreensão acerca das razões que expliquem este processo.

De fato, inúmeros fatores imbricados levam um indivíduo à situação de população de rua. Diferentes autores dividem estes fatores em *estruturais* ou *econômicos* e *pessoais* ou *relacionais* (CABRERA, 1998, COOPER, 1995; DALY, 1996; ESCOREL, 1999; SNOW; ANDERSON, 1998). O primeiro conjunto destes fatores se configura fundamentalmente a partir da dimensão econômica. Por um lado,

estes autores destacam o processo de globalização e do modelo neoliberal como forças importantes que promovem profundas transformações econômicas, políticas e sociais a partir do último quarto do século XX. Assim, destacam a fragilização e a precarização da lógica do trabalho e das diferentes formas de proteção social, principalmente amparadas pelo Estado, como elementos explicativos para a compreensão do fenômeno das populações de rua.

A configuração do trabalho como um elemento vital para a manutenção social também ganha destaque no interesse de alguns autores (CASTEL, 1998, NEVES, 1983, ESCOREL, 1999). A desigualdade em relação aos acessos, como por exemplo, o educacional e de qualificação profissional, acaba fazendo com que determinados indivíduos não consigam se manter ou se inserir como força produtiva a ser explorada. Isso demonstra o grande desafio de permanecer integrado como força produtiva em troca de um salário, tendo em vista as enormes taxas de desemprego em várias partes do mundo.

Esta situação de precariedade e a escassez de recursos que cerca um enorme número de pessoas em todo o mundo, associado ao enfrentamento das questões do emprego, promovem em determinadas camadas mais vulneráveis um grande receio, pois este sentimento de instabilidade faz com que muitas pessoas *“temam as situações de desemprego prolongado e doença, devido ao receio de ‘cair na mendicância’ ou de ‘acabar como mendigos’”* (NEVES, 1983, p.32).

Segundo Escorel (1999, p.175):

O desemprego é um dos principais motivos que conduzem as pessoas a viverem nas ruas. Relacionar processos de vulnerabilidade e desvinculação na dimensão do trabalho e rendimentos com a condição de morador de rua é estabelecer até que ponto são originários da esfera ocupacional os estímulos que podem levar o indivíduo a atingir o “ponto zero”, definido como esgotamento dos recursos sócio-econômicos suscetíveis de manter sua sobrevivência.

Por outro lado, as dimensões pessoais no campo relacional também aparecem como outra vertente explicativa deste processo. A questão do álcool e de outras drogas, por exemplo, se constitui como um fator problemático na trajetória de muitos dos indivíduos em situação de rua. O enorme poder de dependência contido nestas substâncias e suas respectivas consequências faz com que deixem de manter os padrões normativos que se espera de um indivíduo e passem a ser visto como desviantes sociais (BECKER, 2008), deixando assim, de exercer tarefas e comportamentos esperados nas esferas laborais e familiares. A dependência química pode proporcionar desde a ruptura junto aos seus respectivos empregos, até as fraturas nos relacionamentos familiares ou conjugais, e como consequência final, a expulsão do próprio lar.

Segundo Escorel (1999, p.104):

O alcoolismo e outras drogas interferem na unidade familiar tanto pelos conflitos que provocam, sejam estes violentos ou não, quanto pelo desequilíbrio do orçamento doméstico que o consumo compulsivo tende a produzir. A desagregação (ou não) daí oriunda depende dos limites de tolerância afetiva e de vulnerabilidade econômica que a unidade familiar pode suportar. No caso de famílias situadas no limiar entre a pobreza e a miséria, o vício do provedor principal pode significar a desintegração da estrutura familiar.

A questão de problemas de ordem psiquiátrica também se constitui como um importante fator na trajetória de alguns indivíduos que compõem o fenômeno das populações de rua. Diferentes análises constataram a presença de pessoas com distúrbios psiquiátricos no que compõe parte deste segmento marginalizado e desviante sócio-espacialmente (BOTTEI et al. 2010; CABRERA 1998; HECKERT; SILVA 2002; LOUGON, 1993; SCHNABEL 1992).

Uma das principais associações do fenômeno das populações de rua com as questões psiquiátricas estão relacionadas com as radicais transformações no campo político-social do tratamento psiquiátrico. O antigo modelo calcado no controle total dos corpos, através do isolamento sócio-espacial do paciente em manicômios ou clínicas de internação como apontam os trabalhos de Foucault (2007) e Goffman (1988), sofreu profundas críticas e suscitou novas possibilidades de tratamento, tendo como base os princípios dos direitos humanos.

Segundo Lougon (1993, p.141):

Os pontos fundamentais dessas críticas ao modelo assistencial baseado na hospitalização podem ser sumariados: dependência crescente e consequência da ‘síndrome do hospitalismo’; agravamento ou cronificação da doença pela permanência no hospital; características desumanas e ‘des-respersonalizantes’ da instituição; e o estigma gerado pela estadia em um hospital.

Assim, optou-se por um caminho onde o paciente deixaria de ser internado e passaria a ser tratado em âmbito familiar o que garantia, teoricamente, uma melhor qualidade de vida, bem como, respeitaria os princípios da dignidade humana.

Muitos autores afirmam que esta escolha pela desinstitucionalização foi muito mais um resultado político-econômico de redução com os gastos sociais em um período neoliberal, que propriamente uma real preocupação com a qualidade de vida destes indivíduos, mesmo reconhecendo a humanização e a necessidade deste novo modelo de desinstitucionalização.

Desse modo, uma das graves questões envolvidas não foi propriamente a de reconfigurar o quadro da política assistencial psiquiátrica e sua lógica sócio-espacial, mas sim o de “extinguir o espaço asilar sem ter antes criado alternativas a ele” (LOUGON, 1993, p.161).

Independente dos fatores e das melhores concepções de enfrentar os problemas de ordem psiquiátrica no seio da sociedade, a consequência desse processo foi que a falta de uma estrutura sócio-econômica da família e do apoio por parte do Estado em vários países, inclusive o Brasil, fez com que muitos indivíduos com quadros psiquiátricos crônicos acabassem abandonados e tendo os espaços públicos como espaços de vida.

A questão das migrações também possui alguma centralidade na explicação do fenômeno das populações de rua (BURSZTYN, 2003; CABRERA; MALGESINI, 2002, DALY, 1996; CORDERO DEL CASTILHO, 2007). De fato, o deslocamento para outra cidade, região ou país pode implicar em toda uma reestruturação das redes de proteção próximas de um indivíduo (CASTEL, 1998), seja em relação aos amigos, à família ou ao seu próprio espaço cotidiano de sobrevivência.

Assim, o migrante, muitas vezes inserido em uma rede de proteção próxima bastante frágil, se encontra vulnerável frente à situação de um eventual desemprego, doença ou acidente o que pode acarretar em um lançamento direto para um verdadeiro abismo social.

Uma correlação importante neste jogo entre a dimensão espacial e a migração é que, em grande parte, quanto maior as diferenças culturais e a distância física maior serão os riscos destas fraturas sócio-espaciais. Isso ocorre, sobretudo, por que a situação do estrangeiro, em linhas gerais, o posiciona marginalmente nas redes de proteção existentes naquele determinado espaço.

Segundo Cordero Del Castilho (2007, p.68):

Muitos imigrantes, diante da falta de oportunidade e de um futuro em seus países de origem vêm fugindo da fome sem nenhuma qualificação e somente com a decisão de seguir adiante. Entretanto, diante da situação de ilegalidade administrativa, sem papéis, desconhecendo a língua e a cultura, com a falta de redes sociais e familiares que os apoiem e, em alguns casos, com a discriminação e o rótulo vão ter grandes dificuldades para conseguir trabalho e se verão forçados a entrar para o mundo das populações de rua.

Outros fatores relacionais também estão inseridos no complexo quadro de compreensão do fenômeno. A violência doméstica e os abusos sexuais possuem um forte peso, principalmente entre as mulheres e as crianças (DALY, p.117, 1998; MAYOCK; SHERIDAN, 2012). Em alguns casos, a questão da homossexualidade também pode fazer com que o indivíduo seja expulso desta zona de proteção familiar (ABRAMOVICH, 2012) ou opte pela sua pró-

pria evasão, devido a não aceitação e/ou por conta das constantes humilhações sofridas pelos membros da própria família¹.

A questão de crises pessoais, como a separação conjugal também pode ser apresentada como um desses motivos (ESCOREL, 1999, p.108), sobretudo, para aqueles que não possuem uma rede de proteção próxima.

Existe também, em alguns casos, o aumento das chances de ex-presidiários acabarem vivendo nas ruas, depois de resolverem os seus conflitos e pendências com a lei (O'SULLIVAN, 2007, p.4). Essa questão se materializa muita das vezes por conta da vergonha do retorno à casa de seus familiares e ao próprio bairro; pela não aceitação dos mesmos ou a impossibilidade de retorno, mas principalmente devido às dificuldades de conseguir um emprego e de se reinserir aos padrões sociais subvertidos devido ao estigma do crime.

3. AS QUESTÕES ASSISTENCIAIS: OS ABRIGOS E A SAÚDE

A partir da década de 1980, principalmente com o grande crescimento das populações de rua em todo o planeta, o poder público, assim como diferentes segmentos religiosos e algumas organizações filantrópicas e não governamentais, desenvolveram a construção de abrigos e ações de saúde nas principais cidades que

¹ No Brasil, segundo a *Política Nacional para a Inclusão das Populações em Situação de Rua* (2008, p.11), 29,1% dos entrevistados afirmaram que os conflitos familiares foram o principal motivo de terem ido para as ruas.

apresentavam este grave problema sócio-espacial.

Estas iniciativas eram vistas como uma alternativa às péssimas condições de vida e ao abandono, mas especialmente para que estes indivíduos não ficassem expostos permanentemente às inúmeras intempéries por conta da inexistência de um abrigo. Da mesma forma, isso acabou por minimizar os discursos em torno dos direitos humanos e da cidadania destes indivíduos marginalizados.

Mas de fato, o abrigo não é um lar e nem tem a proposta de ser um. O seu espaço, na maioria das vezes se constitui fisicamente de um refeitório, um banheiro coletivo e um grande salão, onde são colocadas camas do tipo *beliche* e seus usuários a cada noite ganham um número e ficam alocados em uma cama diferente.

A questão infra-estrutural é um ponto em destaque. Muitas vezes, estes abrigos são feitos em espaços cedidos pelos poderes públicos ou cedidos através de diferentes acordos, mas poucas vezes são projetados especificamente e de maneira permanente e satisfatória para este fim específico.

Além disto, a precária organização do espaço funcional se torna complicada, levando em consideração que muitos usuários apresentam problemas de saúde, como diarreia, vômitos e tosses (SNOW; ANDERSON, 1998), bem como o fato de que alguns abrigos, permanecerem com as luzes ligadas durante o período noturno.

Com isto, os abrigos que, teoricamente, deveriam proporcionar um relativo ambiente de

proteção, sossego, intimidade, aconchego e privacidade como o espaço da casa (BACHELARD, 1988) acabam se configurando como um local de desconforto e de tensão, alimentado por odores, sons e exposição à luz. Isso faz com que muitos dos usuários não consigam dormir e impe, da mesma forma, uma maior disposição para reiniciar a sua trajetória de recuperação no dia posterior.

Assim, muitos dos moradores de rua optam por não utilizarem frequentemente os abrigos, somente os utilizando em determinados períodos nos quais as condições das ruas são ainda estão mais adversas, como por exemplo, em períodos prolongados de chuva ou de violência nas ruas.

Do ponto de vista prático existem outros fatores que repulsam as populações de rua dos espaços assistenciais dos abrigos. Muitos destes espaços possuem uma série de ausências que contraditoriamente entram em conflito com a própria lógica assistencial e necessidades específicas das populações de rua. A primeira delas se caracteriza na relação dos pertences das populações de rua.

Grande parte dos abrigos não possui nenhum espaço, como por exemplo, armários, onde os usuários possam neles guardarem seus documentos, objetos pessoais e até mesmo eventuais dinheiros. É muito comum o relato de roubo no interior dos próprios abrigos (VARANDA; ADORNO, 2004), principalmente porque muitos dos usuários estão bêbados ou até mesmo por estarem dormindo e seus pertencem

ficarem expostos coletivamente no chão dos grandes dormitórios.

Outro fator ainda relacionado aos abrigos está diretamente associado a um segmento específico no interior da complexidade das populações de rua, os catadores de materiais recicláveis. Em grande parte, estes indivíduos dedicados à coleta de papéis, latas e outros materiais, possuem pequenos veículos construídos de madeiras ou carrinhos de supermercados, nos quais acumulam estes materiais durante um ou mais dias e depois revendem em pontos de coleta.

A maior parte dos abrigos não possui um lugar reservado para guardar os carrinhos em segurança e o abandono no período da noite poderia acarretar o roubo por outros moradores de rua ou até mesmo o recolhimento por parte das prefeituras.

Por outro lado, a questão da saúde representa um grave problema na vida destas populações. A falta de recursos materiais, associados a uma complicada rotina, onde muitos são dependentes de álcool, assim como outros tipos de entorpecentes e a uma alimentação de baixa qualidade impactam diretamente sobre os corpos expostos à rua. Outros elementos também podem comprometer as condições de saúde destas populações, como por exemplo, as questões de higiene e a exposição ao frio e a chuva que dificultam ainda mais este quadro em questão.

Neste sentido, reflete (CEFAÏ, 2010, p.74):

Os corpos mais intactos, mesmo os que não exageram na bebida, mesmo os que não são corroídos pelo mal do desleixo, aparecem cambaleantes, pouco tonificados, desgastados pela comida ruim, exalando muitas vezes um cheiro de tabaco e álcool. Os rostos têm os traços cansados e fundos, a pele pálida ou a tez opaca. As barbas são mal cortadas, os cabelos são como crinas, os dentes, estragados ou ausentes... Alguns se mantêm por milagre.

Segundo (RAOULT et al, p.77, 2001), as populações de rua, sobretudo devido a exposição nos espaços públicos e a falta de higiene, acabam adquirindo diversas doenças infecciosas de pele, assim como a utilização de drogas injetáveis e relações sexuais sem preservativo aumentam significativamente a chance de contrair hepatite e HIV. Outro fator bastante característico e recorrente são os problemas relacionados a problemas pulmonares, principalmente a tuberculose.

Um ponto bastante particular ressaltado pelos profissionais da saúde, sobretudo, os que se dedicam especificamente ao tratamento das populações de rua, é a questão das doenças nas pernas e nos pés como um dos mais graves problemas para as populações de rua, representando aproximadamente 20% de todos os casos nesta população (*Ibidem*, p.80).

Um ponto diretamente inserido na discussão se enquadra especificamente em como as populações de rua são tratadas pelos sistemas públicos de saúde. A questão se os direitos igualitários dos cidadãos são respeitados ou existem diferenciações por se tratar de um grupo estigmatizado e marginalizado social e espacialmente? Parte desta indagação foi respondida através de uma pesquisa desenvolvida por Giorgetti em 2010 com profissionais da área de saúde e de

assistência para com as populações em situação de rua.

Como resultado da análise foi detectado aspectos diferenciais em relação ao atendimento e ao tratamento quando se tratava especificamente das populações de rua. Algumas assistentes sociais afirmavam que muitos médicos somente promoviam o atendimento mediante a uma relativa pressão e presença das assistentes sociais (*Ibidem*, p.110). Outro ponto bastante relevante foi a declaração de que 50,7% dos médicos brasileiros afirmavam existir certa resistência em atender este público e as justificativas eram devido ao enorme mal-cheiro dos pacientes e por conta de muita das vezes estarem alcoolizados.

O fato é que as populações de rua sofrem gravemente com as questões de saúde e sua assistência. Em muitos casos, alguns coordenadores de albergues expõem que muitos dos indivíduos em situação de rua são dispensados rapidamente, o que acaba gerando conflitos entre os próprios albergues e os hospitais pelo destino dos indivíduos. De um lado, os diretores dos hospitais justificam a necessidade dos leitos de emergência por conta da enorme demanda e, de outro, os diretores dos albergues defendem que seus espaços não possuem qualquer infraestrutura para receber indivíduos nesta situação especial.

Assim, a questão da saúde e do abrigo como necessidades fundamentais esbarram nos direitos básicos do cidadão. Entretanto, as populações de rua passam também por questões bastante difíceis nos espaços públicos, principal-

mente através das políticas de “limpeza” e “ordem” urbana nas grandes cidades em todo o planeta.

4. AS ÁREAS CENTRAIS E DE GRANDE VISIBILIDADE: OS ESPAÇOS PÚBLICOS E AS POPULAÇÕES DE RUA NAS GRANDES METRÓPOLES

As áreas centrais das grandes metrópoles se caracterizam como importantes espaços na dinâmica urbana. Essa importância é o resultado das enormes convergências de fluxos, devido principalmente, a grande concentração de bens, serviços, instituições e capitais.

Deste modo, esse conjunto de fatores faz com que milhões de pessoas em todo o planeta se desloquem em direção às áreas centrais cotidianamente, principalmente por conta da grande oferta/concentração de empregos e serviços existentes.

Entretanto, essa centralidade também se configura contraditoriamente com as inúmeras formas de marginalidades sócio-espaciais, destacando-se, dentre elas, as populações de rua. A escolha da área central pelas populações de rua se deve ao fato do centro garantir melhores condições de sobrevivência em comparação a outras áreas da cidade, tendo em vista principalmente as possibilidades de atividades laborais (coletas de materiais recicláveis, carretos, pequenos biscates, mendicância etc), bem como, a concentração de ajudas assistencialistas do Estado, da Igreja e a atuação de ONG's e de outras ações isoladas promovidas pela sociedade civil.

Assim, mesmo diante da precariedade e da deteriorização das condições de vida, as áreas centrais possibilitam, mesmo que precariamente, um conjunto de serviços – alimentação, higiene, saúde e abrigo – constituindo-se como espaços preferenciais por este segmento. Outro aspecto interessante é o fato de que inúmeras vezes os espaços das áreas centrais no período noturno serem bastante desertos, conferindo, assim, aos próprios indivíduos em situação de rua uma relativa privacidade (ESCOREL, 1999, p.251).

Neste sentido, as áreas centrais e especificamente, os seus espaços públicos nas grandes metrópoles, têm sido alvo de inúmeras análises nas ciências sociais (Antropologia, Ciência Política, Geografia, História, Sociologia, entre outras), seja como um importante instrumento para o desenvolvimento de políticas públicas ou como um recurso analítico de compreensão da realidade urbana e social.

De fato, as populações de rua utilizam dos espaços públicos como verdadeiros espaços para a garantia de suas necessidades e sobrevivências, apropriando-se de praças, parques públicos, bancos, calçadas, jardins, marquises, assim como outros logradouros públicos. Suas práticas, por mais vulneráveis e fragilizadas que possam ser, resultam diretamente em uma relação conflituosa entre as esferas públicas e privadas.

Entretanto, este conjunto de práticas materializadas nos espaços públicos pelas populações de rua por meio de suas apropriações é encarado pelos poderes públicos negativamente.

As imagens e representações produzidas sobre esse segmento marginalizado geram como consequência socioespacial, por exemplo, políticas de contenção territorial em determinados espaços públicos privilegiados, onde se busca garantir uma aparente ordem da paisagem na idealização de uma cidade “perfeita”.

5. A POLÍTICA DE CONTENÇÃO TERRITORIAL COMO GARANTIA DA “ORDEM” URBANA

As ações de apropriação dos espaços públicos pelas populações de rua são vistas mais como um grave problema de ordem urbanística que propriamente de ordem social. Como desdobramento destas ações marginalizadas na luta pela sobrevivência e, conseqüentemente, suas materializações visuais nos espaços públicos, ocorre uma conversão progressiva em processos de políticas territorializantes pelas gestões municipais contra esses determinados segmentos nas grandes metrópoles.

De fato, a presença populacional desses sujeitos marginalizados, principalmente nas áreas centrais das grandes metrópoles, além de revelar as desigualdades sistêmicas acabam fazendo emergir inúmeros conflitos e tensões a partir do binômio ordem-desordem.

Suas imagens deterioradas, configuradas por vestes sujas, pertences com sacolas ou carrinhos artesanais e as desviantes formas de sobrevivência, exprimem uma representação de miséria. Esse conjunto de elementos produz uma visão oposta daquilo que o poder público almeja na disposição paisagística de suas praças,

parques, ruas e outros espaços das áreas centrais das grandes metrópoles.

Assim, esta miséria territorializada cotidianamente pelas populações de rua representa, para os poderes públicos, um grave desagrado visual, tendo em vista que seus corpos e suas produções socioespaciais são considerados como indesejadas na paisagem idealizada de uma cidade com ordem e uma gestão em total “conformidade” com a racionalidade urbana.

De fato, o pensamento cartesiano entre ordem e desordem acaba intensificando de maneira distorcida a criminalização da pobreza que *“além de transformar todos os pobres em objetos de uma repressão específica e dirigida, torna-os também ‘alvo’ de relações de hostilidade, de intolerância, de rejeição e também de eliminação”* (ESCOREL, 1999: p.80).

Desse modo, legitima-se, para além da própria situação de desafortunados, a estigmatização social dos próprios indivíduos, justificando, inclusive, a impossibilidade de coexistência junto a outros grupos no convívio social e espacial.

O conjunto de sentimentos e discursos adversos acerca deste segmento faz com que sejam reforçadas políticas de caráter anti-sociais, denominadas quase sempre por expressões como “ordem” e/ou “limpeza” urbana. Contudo, mesmo buscando a eliminação destes segmentos dos espaços públicos, sabe-se que não existem infrações legais que possam punilos.

Dessa maneira, tendo em vista a “impossibilidade de ‘reclusão’ ou do fechamento inte-

gral, do enclausuramento” (HAESBAERT, 2009, p.114) territorial das massas de indesejáveis, buscaram-se estratégias para dificultar a permanência, tendo em vista que uma das principais características dos espaços públicos são os acessos e a circulação.

No caso das populações de rua especificamente, são aplicados permanentemente “efeitos-Barragens” (HAESBAERT, 2009, p.115) contra as suas permanências e/ou mesmo a circulação nos espaços públicos, instaurando-se, assim, ações de contenção territorial. Estas medidas buscam impedir, coibir e afastar estes corpos indesejáveis do espaço público, garantindo visualmente uma paisagem pacífica. Sobre essas condições, analisam, respectivamente, Snow e Anderson (1998) e Haesbaert (2009):

Aplicada aos moradores de rua, a contenção é uma modalidade de resposta que busca minimizar a ameaça que eles representam ao senso de ordem pública. Seu objetivo, como disse um policial sem pensar, “é manter os moradores de rua longe das vistas dos outros cidadãos”. (SNOW;ANDERSON, 1998, p.167)

A “contenção territorial” envolve sempre a impossibilidade da “reclusão” ou do fechamento integral, do enclausuramento. E mesmo que um Estado conseguisse “cercar” todo o seu território, a eficácia desse sistema, nas condições atuais, seria sempre parcial (...) essas barreiras físicas, paralelamente aos campos de “contenção”, estão sendo construídas visando ao fluxo de pessoas, de migrantes, de refugiados, em síntese, de “criminosos”(...) (HAESBAERT, 2009, p.114)

Essas ações estão principalmente relacionadas ao fato das populações de rua “atrapalharem a normalidade” da cidade, seja através das ações de mendicância ou propriamente aos aspectos repulsivos da miséria os quais denun-

ciam uma realidade não desejável no discurso político de gestão urbana.

Desse modo, essa lógica político-espacial se fortalece e ganha um contorno nos discursos públicos e nas práticas do Estado, configuradas em “*uma jurisprudência restritiva em relação aos espaços públicos como praças e jardins, que nos últimos anos tornariam-se locais fechados, com grades e com regras de circulação e utilização*” (SCOREL, 1999: p.246). A dimensão das grades é um grande exemplo disso. Sua funcionalidade é clara, determinando explicitamente “uma linha de distinção territorial entre supostos agressores e agredidos” (FRANGELLA, 2010: p.192)

Segundo Frangella (2005, p. 201):

São vários os mecanismos de interferência no cotidiano dos moradores de rua. Dispositivos físicos, como fechamento de banheiros públicos ou interdição de vias e praças para passar as noites, materializam representações de ameaça criadas a respeito desse segmento sobre a legibilidade da cidade que se pretende funcional e hegemônica (...) Grades em torno de igrejas e de árvores para impedir que habitantes de rua durmam ou urinem nos locais citados; óleo queimado espalhado na frente de calçadas e portas de lojas, de maneira a sujar o local e torná-lo inviável como lugar de pernoite; colocação de chuveiros na frente de alguns prédios molhando periodicamente o chão à noite, com o mesmo propósito do óleo; e construção de prédios sem marquises.

Outras medidas implantadas para dificultar essa geografia de apropriação territorial das populações de rua são as obras arquitetônicas intituladas de “*anti-mendigos*”. As rampas “*antimendigos*” são um exemplo representativo frente este segmento. Estes dispositivos são implantados principalmente em locais bastante utilizados pelas populações de rua como espa-

ços de abrigo ou permanência em determinados períodos do dia ou da noite.

Segundo Kunsch (1998, p.2):

A rampa é construída de modo a cobrir toda a área entre a calçada e o teto dos túneis/viadutos onde antes moravam pessoas. Sua superfície é bastante inclinada e chapiscada, de maneira que impede que alguém experiente deitar na rampa para dormir.

A rampa é somente mais uma das formas desse conjunto de dispositivos desterritorializantes sobre as populações de rua. Nos pontos de ônibus e, principalmente, em praças públicas, inúmeros bancos estão sendo substituídos por outros que impossibilitam a permanência por um longo período, principalmente pelo desconforto de um *design* planejado com essa função. Também é possível observar a modificação arquitetônica e funcional dos chafarizes, que atualmente são compostos somente com jogos de luzes, chamados de “*chafarizes secos*” ou gradeados para dificultar o acesso à água.

Contudo, mesmo diante de tais adversidades, esses sujeitos acabam por ter que reconstruir suas estratégias territoriais por meio do movimento permanente de seus corpos, utilizando novas bases dentro de possíveis elementos do urbano. Assim, ressignificam de forma funcional, os próprios mecanismos que inicialmente foram lançados sobre eles, a partir de ações políticas de contenção territorial nos espaços públicos para as suas próprias sobrevivências.

Segundo Frangella (2005, p. 205):

Boa parte das cercas de arame que envolve os viduados foi furada e muitas pessoas moram ali, invertendo o seu sentido funcional ao tomá-las como uma proteção a mais para si mesmas. Muitos se sentam entre as lanças de ferro que cobrem escadas laterais de igrejas. Quanto aos lugares cobertos por óleo e água, são abandonados por um tempo e retomados depois, quando os donos de loja já não mais atêm à questão. Se explicitamente deslocados de algum local pela polícia ou por agentes urbanos, tornam a utilizá-lo mais tarde.

Dessa forma, acompanhamos uma total reconfiguração dos espaços públicos e sua dimensão original, baseada na circulação, na co-presença, no convívio e nas alteridades. Assim, pensar nesse conjunto de dispositivos impeditivos marca claramente a configuração de políticas anti-sociais que dificultam ainda mais a vida das populações de rua e fazem com que busquem novas estratégias espaciais frente as próprias adversidades já existentes no seu cotidiano.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento desordenado das populações de rua nas grandes metrópoles e as dificuldades de impedir o desaparecimento deste segmento devido às forças estruturais e ineficazes políticas sociais acaba fazendo com que parte das ações do próprio Estado estejam diretamente relacionadas ao controle e a contenção destes indivíduos em determinados espaços públicos das cidades

Portanto, estas ações representam, para os grupos promotores das ações de contenção

territorial nos espaços públicos, uma forma de interferência no desenvolvimento desejado e projetado de cidade idealizada e em “ordem” frente aos grupos marginalizados.

Assim, o “deslocamento” dessas populações pelos espaços públicos das grandes metrópoles, reconhecendo os riscos e possibilidades, criando redes e territórios, é o mais comprobatório instrumento de quão alta é a capacidade humana frente à condição de sobrevivência no seu limite. Neste sentido, a vida cotidiana destes indivíduos revela diretamente os déficits de cidadania, democracia e direitos humanos, reforçando ainda mais as contradições e desigualdades daqueles que optaram pelo centro por não ter nem mais as margens para ficar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Llona. **No safe place to go: LGBTQ Youth Homelessness in Canada: Reviewing the Literature**. Canadian Journal of Family and Youth, 4(1), pp 29-51. 2012.

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico; A poética do espaço**. 3ªed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar editora, 2005.

BECK, Ulrich. **Viver a própria vida num mundo em fuga: Individualização, globalização e política**. In: Hutton, Will e Giddens, Anthony (Orgs.). *No limite da racionalidade: Convivendo com o capitalismo global*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

BECKER, Howard. **Outsiders: Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

- BOTTI, Nadja; CASTRO, Carolina; SILVA, Ana; SILVA, Monica. OLIVEIRA, Ludmila; CASTRO, Ana; FONSECA, Leonardo. **Avaliação da ocorrência de transtornos mentais comuns entre a população de rua de Belo Horizonte**. Barbarói. Santa Cruz do Sul, n. 33, 2010.
- BURSZTYN, Marcel. **Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua**. In BursztyN, Marcel. (org.) *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Editora Garamond:Rio de Janeiro. 2003.
- CABRERA, Pedro. **Huéspedes del Aire. Sociología de lãs personas sin hogar en Madrid**. Madrid: Universidad Pontificia Comillas. 1988.
- CABRERA, Pedro e MALGESINI, Graciela. **Inmigrantes y Sinhogarismo. Informe Nacional 2001–2002**. FEANTSA. 2002. Disponível em <www.feantsa.es/IMG/pdf/FEANTSA_2002_Infome_espanol_Migraciones.pdf>
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes.1998.
- CEFAÏ, Daniel. **Provações corporais: uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua em Paris**. Lua Nova, São Paulo, 79: 71-110, 2010.
- COOPER, B. **Shadow People: the reality of homeless in the 90's**. Sydney City Mission: Sydney, 1995.
- CORDERO DEL CASTILHO, P. **Los “sin techos” em Espanha**. Humanismo y Trabajo Social, Volumen 6. universidade de León, 2007.
- DALY, Gary. **Homelessness and the street: observations from Britain, Canada and the United States**. In: FYFE, N. (org.). *Images of the street: planning, identity and control in public space*. London and New York: Routledge. 1998.
- DALY, Gary. **Migrants and gate keepers: the links between immigration and homelessness in Western Europe**. *Cities*, Vol. 13, No. 1. p.11-23, 1996.
- DE VERTEUIL, Geoffrey, MAY, Jon e MAHS, Jürgen. **Complexity not collapse: recasting the geographies of homelessness in a ‘punitive’ age**. *Progress in Human Geography*. Nº 33 , 2009.
- DELGADO RUIZ, Manuel. **Etnografía del espacio público**. *Revista Experimental de Antropologia*, nº2, Universidad de Jaen, 2002.
- ESCOREL, Sarah. **Vivendo de teimosos: Moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro**. In: BURSZTYN, Marcel (ORG). *Nômades, Excluídos e viradores: no meio da rua*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- _____. **Vidas Ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FRANGELLA, Simone. **Corpos urbanos errantes: Uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2010.
- _____. **Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas**. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, N. 13, p.199-228, 1º sem. 2005.
- GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua: uma questão social?** São Paulo: FAPESP; EDUC, 2006.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- GOMES, Paulo Cesar. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2006
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1983.

HAESBAERT, Rogério. **Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial.** In: SAQUET, Marco e SPOSITO, Eliseu. *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos.* São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2004.

HECKERT, Uriel e SILVA, Juliana. **Psicoses esquizofrênicas entre a população de rua.** *Rev. Psiq. Clín.* 29 (1): 14-19, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo, SP: Centauro, 2001.

LOUGON, Mauricio. **Desinstitucionalização da assistência psiquiátrica: uma perspectiva crítica.** In: *Physis – revista de saúde coletiva.* Vol 3, número 2, 1993.

KAKITA, Yusuke. **Homeless People in Japan: Characteristics, Processes and Policy Responses.** *The Annuals of Sociological Association, Osaka City University,* N°5, 2004.

KUNSCH, Graziela. **A rampa antimendigo e a noção de site-specificity.** *Caderno CEAS,* n°231 (Julho/setembro) 2008. Disponível em: <<http://www.ceas.com.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/121>>

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: Uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MAY, Jon, CLOKE, Paul e JOHNSEN, Sarah. **Re-phasing Neoliberalism: New Labour and Britain’s Crisis of Street Homelessness.** *Antipode,* N° 37, Vol 4, p.703-329, 2005.

MAYOCK, Paula. and SHERIDAN, Sarah. **Migrant Women and Homelessness: Key Findings from a Biographical Study of Homeless Women in Ireland.** Dublin: School of Social Work and Social Policy and Children’s Research Centre, Trinity College Dublin. 2012.

MITCHELL, D. **the annihilation of space by law: the roots and implications of anti-**

Homeless laws in the United States. *Antipode.* n° 29, p.303-334.1997.

NEVES, Delma. **Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos.** *Caderno CRH,* Salvador, BA, n°31, Jan/Dez., 1999.

_____. **Mendigo: o trabalhador que não deu certo.** *Revista Ciência Hoje* Vol. 04, Rio de Janeiro, SBPC, p. 15-27, 1983.

O’SULLIVAN, Eoin. **Criminalizing People who are Homeless? Homeless in Europe,** Brussels: FEANTSA, Summer 2007

RAOULT, Didier; FOUCAULT, Cédric e BROUQUI, Phillippe. **Infections in the Homeless.** *The lancet Infectious Diseases.* Vol 1, September. p.77-84, 2001.

SAIZAR, Maria. **Homeless em Buenos Aires. Nuevas formas de exclusión social.** *Scripta Ethnologica.* N° 24, 2001.

SCHNABEL, Paul. **Down and out: social marginality and homelessness.** *The International Journal of Social Psychiatry,* n.1, v.38, p.59-67, 1992.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público.** São Paulo, SP: Cia das Letras, 1988.

SERPA, Angelo. **Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica.** *Geosp – Espaço e Tempo,* São Paulo n° 15, 2004.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 1998.

VARANDA, Walter e ADORNO, Rubens. **Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde.** *Saúde e Sociedade* v.13, n.1, p.56-69, jan-abr 2004.